

PARECER Nº 07/2024
Comissão de Qualificação

REQUERENTE: INSTITUTO SANTÉ

Objeto: qualificação como Organização Social visando a celebração de contrato de gestão para futura prestação de serviços de gestão, gerenciamento e operacionalização do conjunto de atividades, rotinas e serviços de urgência e emergência executados no Hospital São Luiz, com cessão de espaço público.

RELATÓRIO

Trata-se de requerimento de qualificação como Organização Social, com fundamento no Decreto nº 17.724 de 21 de novembro de 2024.

FUNDAMENTAÇÃO

Primeiramente, destaca-se que o processo de qualificação faz parte das fases da celebração dos contratos de gestão entre a Administração Pública com as Organizações Sociais, conforme artigo 4º do Decreto nº 17.724 de Campo Alegre/SC.

Para isso, instituiu-se a presente Comissão de Qualificação com as seguintes competências contidas no Decreto nº 17.724:

Art. 9º Compete à Comissão de Qualificação:

- I - receber os documentos e a proposta de qualificação exigidos neste Decreto Chamamento Público;
- II - analisar e opinar sobre o pedido apresentado, em conformidade com as regras e critérios estabelecidos neste Decreto, encaminhando seu parecer à Prefeita Municipal para emissão do Decreto de Qualificação ou análise de recurso pelo seu indeferimento recursal;
- III - processar e julgar os requerimentos apresentados no âmbito do Processo Administrativo;
- IV - processar os recursos em primeiro grau apresentados no âmbito do Processo de Chamamento Público;
- V - dirimir ou esclarecer eventuais dúvidas ou omissões;
- VI - dar publicidade aos atos na forma deste Decreto.

Parágrafo único. A Comissão poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e dos documentos apresentados ou para dar cumprimento ao disposto no inciso IV do caput deste artigo.

A comissão recebeu a documentação do requerente.

Passa-se à análise.

Os documentos necessários ao pedido de qualificação constam do artigo 13 do Decreto:

Art. 13 Dos documentos necessários que deverão constar obrigatoriamente junto ao pedido de qualificação:

I - Requerimento da Entidade interessada conforme o modelo constante no Anexo I deste Decreto, e deverá ser dirigido à Comissão de Qualificação de Organizações Sociais sem fins lucrativos, devidamente assinado pelo responsável.

II - Cópia do ato constitutivo, que deverá conter disposições sobre:

a) Natureza social de seus objetivos relativos à respectiva área de atuação;

b) Finalidade não-lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades;

c) Previsão expressa de a Entidade ter, como Órgãos de deliberação superior e de direção, um Conselho de Administração e uma Diretoria definidos nos termos do Estatuto, asseguradas àquela composição e atribuições normativas e de controle básicas previstas Lei Federal nº 9.637 de 15 de maio de 1998;

d) Previsão de participação, no Órgão Colegiado de deliberação superior, de representantes do Poder Público e de membros da comunidade, de notória capacidade profissional e idoneidade moral;

e) Composição e atribuições da Diretoria;

f) Obrigatoriedade de publicação anual, no Diário Oficial do Município, dos Relatórios Financeiros e do Relatório de execução do Contrato de Gestão;

g) No caso de Associação Civil, a aceitação de novos associados, na forma do Estatuto;

h) Proibição de distribuição de bens ou de parcela do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da Entidade;

i) Previsão de incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, em caso de extinção ou desqualificação, ao patrimônio de outra Organização Social qualificada no âmbito do Município, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, na proporção dos recursos e bens por estes alocados.

III - Comprovar a prestação de serviço na área em que se pleiteia a qualificação, em prazo igual ou superior a 05 (zero cinco) anos.

Parágrafo único. Os documentos previstos neste artigo deverão estar vigentes e poderão ser apresentados na forma original e autenticada, conforme o caso, sendo que a autenticação poderá ser realizada pelo servidor que os receber

Constam os documentos obrigatórios em conjunto com o pedido de requerimento recebido.

Agora, passa-se aos requisitos das disposições relativas ao ato constitutivo.

A natureza social dos objetivos relacionam-se objetivamente com a respectiva área de atuação, conforme artigo 3º do seu Estatuto Social.

Sua finalidade é não-lucrativa, conforme artigo 40, parágrafo único do Estatuto, com a existência de obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades no artigo.

No artigo 48, alínea d, verifica-se a proibição de distribuição de bens ou parcela do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da Entidade.

Da estrutura organizacional do Instituto consta um órgão de Deliberação Superior e de Direção, um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, conforme artigo 17 do Estatuto.

A composição e atribuições da Diretoria constam dos artigos 23 a 28.

Consta do artigo 48, alínea c, do Estatuto, que há obrigatoriedade de publicação anual, no Diário Oficial do Município, dos Relatórios-Financeiros e do relatório de execução do Contrato de Gestão:

O artigo 33 do Estatuto prevê a participação, no Órgão Colegiado de Deliberação Superior, de representantes no Poder Público e de membros da comunidade, de notória capacidade profissional e idoneidade moral.

Por se tratar se Associação Civil, deve existir a possibilidade de aceitação de novos associados no Estatuto Social, o que se verifica no artigo 7º.

Há no artigo 49, alínea, a previsão de incorporação integral do patrimônio, dos legados ou doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, em caso de extinção ou desqualificação, ao patrimônio de outra Organização Social qualificada no âmbito do Município, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, na proporção dos recursos e bens por estes alocados.

Quanto à comprovação da prestação de serviço na área de qualificação pleiteada, em prazo igual ou superior a 5 anos, consta o Termo Aditivo ao Termo

de Concessão nº 01/2017, sexto termo aditivo firmado entre o Município de Campo Alegre/SC e o Instituto Santé, que prorrogou o prazo de vigência até a data de 31 de dezembro de 2024.

Importante destacar que o Termo de Concessão nº 01/2017 tem como objetivo a viabilização do funcionamento e a manutenção dos serviços de saúde de urgência e emergência Hospital São Luiz, situado na rua Padre Luiz Gilg, nº 250, Centro, Campo Alegre/SC.

Portanto, diante da análise do requerimento acompanhado dos documentos para qualificação, verifica-se o preenchimento dos requisitos para qualificação pelo atendimento dos requisitos legais, obedecendo aos critérios estabelecidos no Decreto nº 17.724 do Município de Campo Alegre.

DISPOSITIVO

Pelo exposto, esta Comissão de Qualificação **OPINA** pela qualificação do Instituto Santé como Organização Social apta a celebração de contrato de gestão para futura prestação de serviços de gestão, gerenciamento e operacionalização do conjunto de atividades, rotinas e serviços de urgência e emergência executados no Hospital São Luiz, com cessão de espaço público.

Campo Alegre/SC, 16 de dezembro de 2024.

MATHEUS FERNANDES ANTÃO

Membro

ZURITA MARIA PACHECO RÜCKL

Membro

VANESSA APARECIDA MAIEWSKI LEITE

Membro